

31/08/2010

SEGUNDA TURMA

**HABEAS CORPUS 94.923 PARÁ**

**RELATOR** : **MIN. AYRES BRITTO**  
**PACTE. (S)** : **SÉRGIO ROBERTO DOS REIS SIQUEIRA**  
**IMPTE. (S)** : **JOÃO VELOSO DE CARVALHO**  
**COATOR (A/S) (ES)** : **PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**

**EMENTA:** *HABEAS CORPUS. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO OPOSTA NO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. INTEMPESTIVIDADE. SUSPEIÇÃO NÃO EVIDENCIADA. ORDEM DENEGADA.*

1. Nos termos do art. 138 do RI/STM, não há nenhuma ilegalidade na decisão que entendeu intempestiva a exceção de suspeição oposta na Corte castrense.

2. A alegada inimizade entre o relator da Apelação nº 2007.01.050531-8/STM e os advogados do paciente não é causa de suspeição do magistrado, a bem do que dispõe o art. 254 do Código de Processo Penal.

3. Ordem denegada.

A C Ó R D ã O

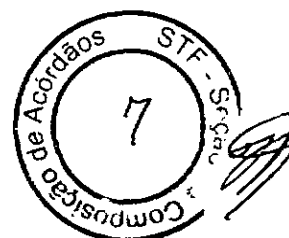
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal em indeferir a ordem, o que fazem nos termos do voto do Relator e por unanimidade de votos, em sessão presidida pelo Ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas.

Brasília, 31 de agosto de 2010.

  
AYRES BRITTO

-

RELATOR



**31/08/2010****SEGUNDA TURMA****HABEAS CORPUS 94.923 PARÁ**

**RELATOR** : **MIN. AYRES BRITTO**  
**PACTE. (S)** : **SÉRGIO ROBERTO DOS REIS SIQUEIRA**  
**IMPTE. (S)** : **JOÃO VELOSO DE CARVALHO**  
**COATOR(A/S) (ES)** : **PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**

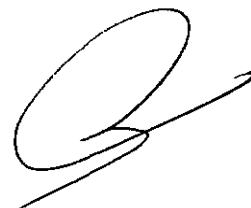
**R E L A T Ó R I O****O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (Relator)**

Trata-se de *habeas corpus*, aparelhado com pedido de medida liminar, em que se sustenta a suspeição do relator da Apelação nº 2007.01.050531-8, no Superior Tribunal Militar. Suspeição a nulificar a apreciação das razões defensivas pela Corte castrense.

2. Pois bem, o impetrante aduz, em síntese, que o caso é de redistribuição do apelo e suspensão do julgamento do recurso defensivo, pois

"[...] o advogado Dr. JOSIAS FERREIRA BOTELHO e o Dr. JOÃO VELOSO DE CARVALHO, defensores do acusado, já haviam litigado administrativamente e judicialmente contra o referido almirante Lourenço quando este era Comandante do 4º Distrito Naval em Belém, fatos estes constantes do Processo Pet nº 3087/2004, do STF.

O argumento do **LITÍGIO JUDICIAL** fundou-se contra a indicação da pessoa do referido Almirante Lourenço para integrar o Quadro de Ministro do STM, o que levou com certeza a **INIMIZADE**, não sendo justo




HC 94.923 / PA

agora o mesmo almirante ser relator do processo onde atuam os advogados que litigaram judicialmente contra a sua indicação, podendo, em tese, levar a imparcialidade e prejudicar o acusado que nada tem haver com a litigância".

3. Para concluir este breve relato, consigno que a Procuradoria-Geral da República opinou pelo indeferimento da ordem.

É o relatório.

\* \* \* \* \*

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized capital letter 'Q' followed by a horizontal stroke.

31/08/2010

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 94.923 PARÁV O T O**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (Relator)**

Feito o relatório, passo ao voto. Ao fazê-lo-o, anoto, de saída, que não tenho como tachar de ilegal ou mesmo abusiva a decisão impugnada. Decisão que aplicou à causa o disposto no art. 138 do Regimento Interno do Superior Tribunal Militar, *in verbis*:

*"A suspeição do relator poderá ser suscitada até cinco dias após a distribuição; a do revisor, em igual prazo, após a conclusão dos autos; a dos Ministros, até o início do julgamento"*

6. E o que ocorreu? O impetrante manejou exceção de suspeição no Superior Tribunal Militar depois do prazo de cinco dias. Explico: em 12 de março de 2007, foi autuada na Corte castrense a Apelação nº 2007.01.050531-8/PA. Deu-se que, em 7 de março de 2008, os autos foram redistribuídos e encaminhados ao ministro almirante de esquadra José Lourenço dos Santos. Sendo certo que, tão-somente em 23 de maio de 2008, a defesa excepcionou, aduzindo a suspeição do novo relator da causa. Pelo que dúvidas não há quanto à intempestividade da exceção.



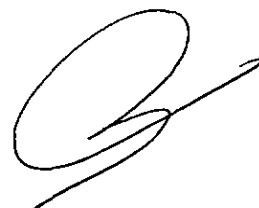
HC 94.923 / PA

8. Acresce que, ao contrário do que sustenta o acionante, o caso não revela situação fática justificadora da suspeição do relator da apelação interposta no STM. Suspeição assim argüida pela defesa: "o referido Almirante hoje Ministro dessa Corte Castrense, o cidadão que foi alvo do ato praticado à época, trata-se do agora advogado militante desta apelação o Dr. João Veloso de Carvalho, ex-militar da Marinha e Ex-presidente da Associação dos Militares" (trecho da exceção de suspeição, fls. 41).

9. Esse o quadro, tenho que a razão está com a Procuradoria-Geral da República, quando se pronuncia no sentido de que (fls. 109-113):

"[...] a suspeição decorreria da suposta inimizade entre o Ministro e os advogados do paciente, situação essa não abrangida pelo CPP. Além disso, questiona-se se o caso não exigiria postura outra dos advogados, uma vez que, como por eles afirmado por eles na peça inicial, o acusado nada tem a ver com eventual conflito entre os impetrantes e o relator. Se supõem os advogados que o julgamento, pelo citado Ministro, de um processo por eles patrocinado poderia 'levar à imparcialidade do relator e prejudicar o acusado' (fls. 24), caberia aos mesmos alertar seu cliente acerca da possibilidade de prejuízo e, se fosse o caso, renunciar ao mandato, para que o réu constituísse novo procurador.

[...]"



**HC 94.923 / PA**

10. Ante o exposto, denego a ordem.

11. É como voto.

\* \* \* \* \*

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized capital letter 'O' followed by a smaller, cursive flourish.

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 94.923**

PROCED. : PARÁ

**RELATOR : MIN. AYRES BRITTO**

PACTE.(S) : SÉRGIO ROBERTO DOS REIS SIQUEIRA

IMPTE.(S) : JOÃO VELOSO DE CARVALHO

COATOR(A/S) (ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

**Decisão:** Indeferida a ordem, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Ausente, licenciado, neste julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 31.08.2010.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Ellen Gracie, Ayres Britto e Joaquim Barbosa. Ausente, licenciado, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner Gonçalves.

Carlos Alberto Cantanhede  
Coordenador